



Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 1989

ANO XV

RESOLUÇÃO Nº 051/89

DATA: 01/11/89

SÚMULA: Fixa a remuneração do Governador e do Vice-Governador do Estado.

Haroldo Rodrigues Ferreira, José Alves, José Felinto, Namir Piacentini, Nereu Carlos Massignan e Paulino José Delazeri (10).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Art. 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - O governador do Estado, no exercício financeiro de 1990 perceberá a remuneração igual aos vencimentos do Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Parágrafo Único - O Vice-Governador do Estado perceberá remuneração igual aos vencimentos do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.11.89

(a) ANIBAL HKURY

Presidente

3.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**
ATA DA 81.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1989.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (44). Achando-se ausentes os Senhores Deputados José Afonso Júnior, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Gernote Kirinus,

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Na ausência da Ata, aguardamos alguns minutos para abrir a presente sessão.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de quorum, Sr. Presidente. Não tem quorum para trabalhar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) Esta Presidência defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal, 26 Srs. Deputados.

Há número legal.

Está aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que faça a leitura da ata da sessão anterior.

(É procedida a leitura da ata)

Está em discussão a Ata. Não havendo quem queiram discuti-la, está em votação. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inversão da discussão e votação da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 06.11.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2310

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do

Poder Legislativo do Estado, voto de profundo pesar pelo passamento do dr. GERMANO CARLOS DE SÁ EHLKE, no dia 04 próximo passado, na cidade de São Paulo.

O Dr. Germano Ehlke ou apenas Dr. Germano, como costumávamos chamá-lo, era exemplo de abnegação. Figura humana, sensível, notabilizou-se como profissional, sempre agindo com ética e correção, sem jamais descuidar do juramento em favor dos mais humildes.

Fez de sua vida uma profissão de salvar vidas. Não limitava-se ao médico que, em seu consultório, tabula uma receita médica. Era um pai, no sentido léxico da palavra. Jamais adotou critérios que pudessem distinguir aqueles que recorriam aos seus cuidados. Por isso, tratava ao filho do rico e ao pobre com a mesma atenção e dedicação.

Deixou viúva a Senhora Rita Grummt Ehlke, com quem estabeleceu sólida sociedade conjugal. Pai de Márcia Wilthers, Cíntia, Carlos e Andréa, Dr. Germano sempre primou pela educação dos seus filhos, cujas vidas, estão construídas sobre o exemplo de dignidade, fraternidade e muito trabalho que foram constantes na existência do Patriarca.

É para nós, inconsolável a perda da figura do dr. Germano que, por tantas vezes, nos emprestou seus sábios conhecimentos no atendimento aos mais carentes que nos procuram. Nos consola a certeza de que o Dr. Germano está, hoje, postado em lugar de destaque, entre aqueles que fizeram da sabedoria, uma oportunidade para ajudar ao próximo e não tripudiá-lo; aqueles que fizeram da justiça uma prática e não retórica; aqueles que relegaram, muitas vezes, a si próprios, em favor da causa maior: a luta pela vida.

Homem esclarecido e coerente, Dr. Germano costumava afirmar que a saúde não é apenas a ausência de doenças mas, um estado completo de bem estar físico, mental e social e, portanto, a "cura" da população brasileira, não dependia apenas dos médicos e profissionais em saúde mas, da tomada de uma consciência coletiva de transformação da atual realidade em busca de uma verdadeira qualidade de vida.

Era um advogado da vida, não há dúvidas e, inúmeras vezes, abriu mão de seus honorários em favor da verdadeira honra do médico, pertinente ao juramento em favor do ser humano.

Dizer que o passamento do Dr. Germano abre uma lacuna na sociedade paranaense, é lugar-comum. E tudo o mais que se disser, vai implicar em lugares comuns, porque não há palavras que precisem o significado da presença e da memória do Dr. Germano entre nós que, como seus amigos e admiradores, tivemos nele uma figura digna de ser se-

guida, pela correção imarcescível, dignidade, pureza, fé, alegria, hombridade e humanidade inomináveis..

Que do teor do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.11.89.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 302/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É facultada a matrícula escolar, antecipada, em classe de 1ª Série regular do 1º grau, de crianças que vierem a completar seis (06) anos de idade até o final do ano letivo da matrícula.

Art. 2° - A efetivação da matrícula exigirá.

I - autorização do estabelecimento de ensino onde a criança frequentou o último ano letivo, fundada em relatório técnico expedido por profissionais próprios, das áreas de pedagogia, orientação e supervisão escolar, que abranja também o laudo do professor que tenha trabalhado com a criança nos últimos seis meses, em classe de pré-escolar, de forma a comprovar as suas aptidões para ingresso no ensino escolar;

II - laudo médico fornecido por neuropediatra, que ateste o amadurecimento neurológico da criança, exigível para acompanhar as atividades propostas.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.89.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A exemplo do que ocorre em outros Estados, a proposta se incumbe de reformular o preceito do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que restringe o ingresso à Primeira Série do Primeiro grau, excepcionalmente, para crianças que venham a completar os sete (07) anos de idade até o final do ano letivo da matrícula.

A referência em tela deriva da Lei Federal n° 5692/71, também conhecida como a lei das Diretrizes e Bases da Educação, que impõe somente, nada além, a obrigatoriedade do ensino básico entre os sete (07) e quatorze (14) anos de idade, sem restringir aos dessa idade, o exercício à educação de primeiro grau regular.

Não obstante sejam louváveis os cuidados normativos procedentes no nosso Conselho Estadual de Educação, que se ressalte, estão adotados no projeto de lei em tela, o alargamento etário que se pretende adotar, decorre do anseio legítimo de muitíssimos pais, que mais cedo e sem prejuízos à formação psicossocial da criança, alme-

jam matricular seus filhos no curso regular de primeiro grau, também para prover suas responsabilidades.

PROJETO DE LEI N° 303/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O valor do salário-família pago aos servidores públicos do Estado fica unificado no mesmo percentual estabelecido pela legislação federal aos trabalhadores.

Art. 2° - Os efeitos financeiros desta lei são devidos a partir de 05 de outubro de 1989.

Art. 3° - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Estado estabelece, em seu artigo 33, § 1°, VI, que o Estado deve estabelecer Regime Único para seus servidores, dando-lhes tratamento uniforme no tocante à remuneração.

Não se justifica, portanto, que o salário-família seja pago em valores diferentes para servidores celetistas e estatutários.

PROJETO DE LEI N° 304/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Educação, a conceder anistia a todos os professores dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino, que sofreram descontos em seus vencimentos por motivo de greve, no período de 1° de janeiro do corrente até a data da publicação desta lei.

Parágrafo Único - O Poder Executivo providenciará mediante folha suplementar, os devidos ressarcimentos, num prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

PROJETO DE LEI N° 305/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Chefe do Poder Executivo os vencimentos dos servidores públicos do Estado, nos mesmos valores da variação percentual do índice de Preços ao Consumidor - IPC, do mês anterior.

Art. 2° - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta lei serão devidos a partir de 1° de dezembro de 1989.

Art. 3° - As despesas resultantes desta lei correrão pela dotação orçamentária própria.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Os índices da inflação mensal estão beirando a casa dos quarenta por cento (40%). Assim, a defasagem acumulada de apenas dois meses chega aproximadamente aos 100%.

Torna-se, portanto, impossível ao servidor público suportar seus encargos financeiros pessoal e familiar.

Segundo dados divulgados pela imprensa, a remarcação dos preços em nossa capital, supera a casa dos 100% em cada mês.

Por outro lado, os serviços públicos, gasolina, pão, leite, e outros artigos de primeira necessidade, com autorização do Governo Federal, estão sendo reajustados mensalmente, a partir de 90% do índice de inflação do mês anterior.

Assim sendo, caso fosse possível e houvesse a credibilidade necessária a cada dois meses teríamos uma variação de aproximadamente 85%.

Como pode o servidor pagar energia elétrica, gasolina, gás de cozinha, telefone e outras tarifas que sobem em proporção muito maior que a sua remuneração mensal? E se não puder pagar o compromisso em dia, passa a pagar uma correção diária desde 1,8%.

Temos a obrigação de oferecer condições mais condignas a eles, para cobrir os efeitos que o próprio Governo está causando, embora reconheçamos que a culpa cabe, quase que inteiramente, à administração federal.

PROJETO DE LEI N° 306/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Fica alterada a Lei n. 5706 de 21 de Novembro de 1967, que criou o Distrito Administrativo e Judiciário de São José do Ivaí, no Município de Santa Izabel do Ivaí, nos seguintes termos:

Art. 1° - O Distrito Administrativo e Judiciário de São José do Ivaí, criada pela Lei n. 5706, de 21 de novembro de 1967,

fica autorizado a reajustar, mensalmente, no Município de Santa Izabel do Ivaí, passa a ter as seguintes divisas:

- a divisa principia num marco de madeira de lei, encravado na foz do Córrego Horácio, de onde segue pelo referido córrego acima, e confrontando com os lotes n. 877 a 910 e 609 a 570, chega na nascente do Córrego Horácio; desse, segue pelo ramal 19, confrontando com o lote n. 570, até chegar no início do ramal 20, desse segue pelo referido ramal, confrontando com os lotes n. 390 a 425, e chega na margem esquerda do Ribeirão Tamanduaeti, desse segue pela margem do referido Ribeirão, até chegar na margem direita do Rio Ivaí, desse segue pela mesma margem do referido Rio, até chegar no marco que é o ponto de partida do presente roteiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoiamento:

Algaci Túlio, Djalma de Almeida César, Dirceu Manfrinato, Nilton Barbosa.

JUSTIFICATIVA:

Tal projeto prende-se ao fato de que a maioria absoluta dos eleitores desta área a ser alterada, votam nas urnas do Distrito de São José do Ivaí; sendo que a grande maioria das propriedades rurais desta área, é formada por minifúndios, com grande incremento de culturas, numa distância de menos de oito quilômetros da sede do Distrito, facilitando, assim, o acesso de pessoas ao comércio e aos meios de comunicação existentes no Distrito já referido.

Esclareça-se que o art. 17 da Constituição Estadual, em seu § IV, exige complementação por Lei Estadual, portanto, a competência para criar, ampliar, suprimir e organizar Distritos, ainda é do Poder Legislativo Estadual, conforme o determina a Lei Complementar n. 27 de 08 de janeiro de 1986.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Está encerrada a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos a Liderança do PL.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PT.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PFL.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PDS.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PTB.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PTN.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PRN.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PRP.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PDT.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PSDB.

(Declina)

Consultamos a Liderança do PMDB.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 61/89 (Mensagem nº 74/89, ex-Proposição nº 63/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza o Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, com a intervenção da Secretaria de Estado dos Transportes, celebrar convênio com a Empresa de Portos do Brasil S/A. - PORTOBRÁS, visando a realização de obras de infra-estrutura para construção de um estaleiro naval em Paranaguá. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera a Lei nº 8521, de 06 de julho de 1987, conforme especifica. (Loteria Estadual). EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 92, de 23.10.89).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/89, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que altera a redação da Lei nº

8970, de 02.05.89 que cria o Município de Ivaté. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 81, de 19.09.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 238/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Nelson Vasconcellos, visa alterar a redação da Lei n. 8.970 de 02.05.89, que cria o Município de Ivaté.

Tal propositura pretende corrigir as divisas estabelecidas quando da criação do Município supracitado, mediante informações fornecidas pelo IBGE, para que o mesmo possa efetuar o preparo dos mapas municipais.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 216/89, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Alternativa, mantida pelo CENTRAE - Centro Integrado de Atendimento Especializado S/C Ltda., com sede e foro na cidade de Curitiba - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no DA. n. 75, de 23.08.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 216/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei visa a declaração de Utilidade Pública da Associação de Pais e Mestres da Escola Alternativa, mantida pelo Centro Integrado de Atendimento Especializado S/C Ltda.

A medida não apresenta qualquer aspecto de inconstitucionalidade, ao contrário as atividades desempenhadas pela aludida associação constituem-se em implemento ao aprimoramento do ensino especial além de promover a integração família-escola-comunidade, o que não apenas vai ao encontro, mas principalmente faz valer os princípios fixados na Constituição Federal relativamente à educação, cultura e família.

Ante o exposto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, nós invertimos a pauta e evidentemente até nós nos encontramos aqui na Ordem do Dia, passou o Projeto de Lei n. 282/89 em 1ª Discussão de autoria do Deputado Hermas Brandão, mas em 2ª Discussão nós vamos discutir porque nós não entendemos quando nós, através da Constituição do Estado, trouxemos para esta Casa as prerrogativas que nós perdemos nesses longos anos de ditadura, não podemos admitir que o projeto que vem a esta Casa que altera a Lei n. 8521 de 06.07.87, e diz no art. 2º que passará a ter a seguinte redação: "A implantação e regulamentação de nova modalidade de apostas, será baixada pelo Governador do Estado, mediante decreto, por propostas do Secretário da Fazenda a qualquer tempo".

Isso é brincadeira, Senhor Presidente. Senhores Deputados, eu os alerto para que nós analisemos melhor este projeto e na sessão de amanhã tentarmos derrubá-lo porque não é possível admitir no momento que nós estamos aqui tentando resgatar as prerrogativas deste Parlamento nós tenhamos que, evidentemente, votar este projeto. Eu vou com a minha assessoria analisar melhor o projeto para discuti-lo na sessão de amanhã. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) Prosseguimos com a discussão e votação da Ordem do Dia.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 212/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Public. no DA. n. 74, de 22.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Analisando as peças componentes do processo relativo ao Projeto de Lei n. 212/89, de autoria do Ilustre Deputado Namir Piacentini, verifica-se que suprem as exigências da Lei n. 6994.

Considerando que as atividades desse tipo de entidade estão balizadas pelo estatuto e fluem de acordo com a necessidade e exigências dos associados, o Demonstrativo de Receitas e Encargos demonstram, perfeitamente, o Efetivo Exercício das Atividades na Observância dos Fins Estatutários, bem como Relatório de Atividades - este relativo ao exercício de 1988; fazem parte dos componentes exigidos, a declaração de que Não Remunera membros da diretoria e não distribui bonificações, lucros, etc e a autuação do Cartório do 1º Ofício

de Protestos e Registro de Títulos e Documentos de Campo Mourão sob n. 1292, comprovando a Personalidade Jurídica da entidade.

Isso posto, considera-se que a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão está em condições de ser declarada de Utilidade Pública e que o Projeto de Lei n. 212/89 que propõe essa medida, está em condições de tramitar, pelo que a Comissão de Constituição e Justiça exara PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 11.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOAO ARRUDA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 209/89, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública o Hospital de Caridade São Pedro, com sede e foro na cidade de Mallet. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 74, de 22.08.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R :

Analisando as peças componentes do processo em estudo, verificou-se que as exigências da Lei n. 6994 foram perfeitamente supridas conforme se verifica, pela ordem, às folhas n. 03 do processo, bem como fls. 04, fls 05 e fls. 19 (Art. 37).

Assim, a Comissão de Constituição e Justiça é de PARECER FAVORÁVEL pela tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOAO ARRUDA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 198/89, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Marilândia do Sul - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 69, de 14.08.89)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 198/89

P A R E C E R :

Na qualidade de relator do Projeto de Lei n. 198/89, de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Marilândia do Sul.

Da análise feita, constatamos que o

processo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo qualquer óbice de natureza legal para sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua final aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 173/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 66, de 08.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 173/89

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado Lauro Lobo Alcantara, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública estadual a Creche Santo Antônio, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 117/89, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o Instituto Cultural Vidyā, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 41, de 24.05.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R :

Procedendo a nova análise das peças do Projeto de Lei n. 117/89, de autoria do nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, constatou-se que a Solicitação de Informação, de 06 de junho de 1989, foi atendida,

passando a fazer parte do processo os itens "b" publicações que fazem parte da atividade do instituto; o "c" passado pela Diretoria; e o "d" - relatado pela diretoria.

Satisfeitas, portanto, as exigências da lei n. 6994, com as modificações introduzidas pela Lei n. 8589, o presente projeto de lei n. 117/89, está em condições de seguir sua tramitação normal merecendo, pois, PARECER FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOÃO ARRUDA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 51/89, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Criadores do Oeste Paranaense - ACOPA, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 11, de 21.03.89).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N° 051/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado David Cheriegate, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Criadores do Oeste Paranaense - ACOPA, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994 de 10/01/78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 17 de outubro de 1978, sob o n° 14, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta defesa dos interesses da pecuária da Região Oeste do Paraná, amparando, orientando, coligando e instruindo as classes setoriais da Agropecuária Regional.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

SABINO CAMPOS - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 329/88, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, dispõe que o Servidor Público Estadual, portador de doença incurável, fica

isento de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado - IPE - sem prejuízo do direito de recebimento de pensão por parte do cônjuge ou seus herdeiros. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 124/88, de 01.12.88).

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N° 329/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado ERONDY SILVÉRIO, o projeto de lei em tela dispõe que o servidor público Estadual, portador de doença incurável, fica isento de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado - IPE - sem prejuízo do direito de recebimento de pensão por parte do cônjuge ou seus herdeiros.

Inexistem dúvidas quanto aos benefícios que a medida acarretaria aos servidores públicos acometidos de doença incurável, idosos ou aposentados.

Encontra-se a matéria dentro das exigências constitucionais, legais e regimentais, não havendo qualquer impedimento ao seu trâmite.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, manifestando-nos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

Comissão de Recursos Humanos

PROJETO DE LEI N° 329/88

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 329/88, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, em tela dispõe que o servidor público Estadual, portador de doença incurável, fica isento de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado - IPE - sem prejuízo do direito de recebimento de pensão por parte do cônjuge ou seus herdeiros.

Sobre a matéria houve os pronunciamentos favoráveis das duntas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos não há nada que obste à tramitação do referido projeto de lei nesta colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

NELSON VASCONCELLOS - Relator

Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós achamos de uma oportunidade extraordinária a colocação deste projeto de autoria do Deputado Erondy Silvério. Entendemos

que a vida do servidor público do Estado como também do próprio município é das mais precárias e vem o projeto do Deputado Erondy Silvério contemplar uma classe que, infelizmente, existe, que é portadora de doença incurável. E esse projeto isenta de contribuição o IPE, os contribuintes com qualquer tipo de doença incurável.

Nós já tentamos através da Constituinte aprovar que os previdenciários do IPE, aposentados, não fizessem a sua contribuição e agora esse projeto é de um alcance social muito grande, e nós queremos, a Bancada do PDT, quer se congratular com o Deputado Erondy Silvério nesta sua iniciativa em isentar de contribuição do IPE aqueles servidores estaduais que tenham doenças incuráveis. Muito oportuno realmente esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação. APROVADO.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede gratificação de responsabilidade técnica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.

Sobre o referido projeto emendas de plenário em número de (02) duas de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Orlando Pessuti, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO,

AO PROJETO DE LEI N° 185/89

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art.... Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes dos cargos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, ativos e inativos de nível Universitário, regidos pelas Leis Federais n°s 4.769 de 09 de setembro de 1965 e n° 1.411 de 13 de agosto de 1951, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os vencimentos, para todos os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 06.11.89

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Homero Oguido, Werner Wanderer, Luiz Carlos Alborghetti e Erondy Silvério.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,

AO PROJETO DE LEI N° 185/89

Art. - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes, de nível universitário, da Administração Direta e Autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pela Lei Federal n° 5517/68, e Lei Federal n° 5550/68.

Art. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.89

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamto: Luiz Carlos Alborghetti, Antônio Annibelli, Pirajá Ferreira e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei encontra como justificativa várias linhas de raciocínio, e dentre elas, destacamos:

01 - Em 06 de julho do corrente ano, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou, e o Governador sancionou, a Lei n° 9049, que autoriza o Poder Executivo a atribuir a gratificação de quarenta por cento (40%), sobre os vencimentos dos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Estado.

02 - A referida lei apenas contemplou os profissionais regidos pelas Leis n°s 5194/66 e 6496/77, ou seja, os profissionais Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos.

03 - Ao estabelecer a gratificação de 40% sobre os vencimentos dos profissionais em apreço, o Estado do Paraná procede com justiça pois, o baixo índice salarial pago às categorias profissionais já nominadas estava a exigir uma complementação que reequilibra-se o seu poder aquisitivo que vem sendo defasado ano após ano. Contudo outros profissionais, executando missões ou tarefas de igual responsabilidade ou assemelhadas, não foram contemplados no corpo da Lei n° 9049, deixando portanto de serem beneficiados, o que constitui numa grave injustiça social, e porque não dizer, uma afronta ao princípio de isonomia estabelecida pela Constituição Federal.

04 - Por outro lado, há que se dizer ainda, que a categoria profissional dos Médicos Veterinários, regulados pela Lei n° 5517/68, é enquadrada, para efeitos de remuneração, no mesmo nível dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura e Agronomia, conforme claro está no texto da Lei n° 4950/A de 22.04.66, transcrita a seguir: - "Lei n° 4950/A - 22 de abril de 1966. Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Art. 1° - O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária, é o fixado pela presente lei.

Art. 2° - O salário-mínimo fixado pela presente lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no Art. 1°, com relação de emprego ou função qualquer que seja a fonte pagadora.

05 - Como ficou demonstrado no item

anterior, para efeitos de remuneração, tais profissionais possuem níveis equivalentes, embora executem atribuições diversas ou assemelhadas (como a exemplo do Engenheiro Agrônomo, o Médico Veterinário, o Zootecnista e o Engenheiro Florestal), conforme especifica as leis que regulamentam cada uma das profissões em apreço.

06 - No que tange ao aspecto da responsabilidade técnica há que se dizer, ainda, que no próprio exercício das profissões acima descritas esta se evidencia, quer na elaboração de projetos, projetos, vistorias, fiscalizações, acompanhamentos, implantações e assistência técnica.

Em votação o projeto. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)
- Qual o Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Item 10, Projeto n° 185/89 que já foi aprovado estamos agora votando as emendas.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEAO - Eu gostaria de tomar conhecimento das emendas, Senhor Presidente, poderia determinar que o Senhor 1° Secretário as lesse?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência determina ao Senhor 1° Secretário que proceda à leitura das emendas sobre o Projeto n° 185/89.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Emenda ... (lê) ...

Emenda aditiva ... (lê) ... cuja súmula diz o seguinte: "Ao Projeto de Lei n° 185/89, concede a gratificação de responsabilidade técnica, acrescenta-se o seguinte artigo: fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes de nível universitário, da administração direta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pela Lei Federal n° 5517, Lei Federal 5550/68. Esta lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário".

Esta emenda é assinada pelo Deputado Orlando Pessuti, tem o apoio dos Deputados Antônio Annibelli, Pirajá Ferreira, Luiz Carlos Alborghetti.

A justificativa diz o seguinte:

"O presente projeto de lei encontra como justificativa várias linhas de raciocínio, entre elas destacamos: primeiro, em seis de julho do corrente ano a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou, e o Governador sancionou, a Lei n° 9049, que autoriza o Poder Executivo a atribuir a gratificação de 40% sobre os vencimentos a ocupantes dos cargos de administração direta e autárquica do Estado". Seguem ainda outros artigos em que o ilustre Deputado

da Bancada do PMDB faz nesta justificativa que passo novamente à Presidência desta Casa.

Espero que V. Exa. tenha entendido o que a Primeira Secretária acaba de ler.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Entendi porque V. Exa. leu com muito cuidado e presteza.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Agradeço, em nome desta Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Projeto n° 185, de autoria do Deputado Anibal Khury, busca corrigirmos distorções que existem na atualidade, em meio aos salários e aos vencimentos dos servidores públicos do Estado do Paraná. Todos somos sabedores que no meio deste ano esta Assembleia Legislativa aprovou o projeto de lei que foi sancionado pelo então Governador Ary Queiroz, que atribuiu anotação de responsabilidade técnica aos engenheiros da administração direta das Secretarias, e que passaram a perceber 40% em cima de seus vencimentos.

Isto foi atribuído aos engenheiros das diretas.

Posteriormente o Deputado Anibal Khury entrou com o Projeto n° 185, que estendia este benefício a outros segmentos de trabalhadores de nosso Governo do Estado do Paraná.

De nossa autoria, também, o Projeto de Lei n° 202/89. Pretendia estender este benefício aos Médicos Veterinários, Zootecnistas, Engenheiros Florestais, não só da administração direta, mas também da indireta. Estes dois Projetos de n°s 185 e 202, caminham de um período para cá juntos. Eles foram juntados um ao outro, por versarem sobre o mesmo assunto, sobre a mesma matéria. Posteriormente foram separados, tendo em vista que o nosso projeto além de conceder benefício aos Médicos Veterinários, Zootecnistas da administração direta, estendia também os benefícios aos Engenheiros Florestais, Veterinários, Zootecnistas e outras categorias, também da administração indireta.

Dado que muitas reivindicações chegaram até nós, ao Deputado Anibal Khury e a outros Deputados, os dois projetos foram separados e o nosso continuará caminhando normalmente e hoje vai à votação o projeto de lei do Deputado Anibal Khury que já

foi por nós em segunda discussão, estando agora nós discutindo as emendas. Emenda do Deputado Anibal Khury, que pretende atribuir esta anotação de responsabilidade técnica no percentual de 40%, aos economistas e administradores, porque assim é o que estabelece a emenda proposta por ele.

E nós estamos propondo que também os Médicos Veterinários, os Zootecnistas da administração direta, a exemplo dos Engenheiros Agrônomos, dos Engenheiros Florestais, percebam também estes 40% de anotação de responsabilidade técnica, por julgarmos ser uma medida de justiça e necessária, porque tanto o Veterinário, como o Zootecnista, nas suas atribuições do dia-a-dia na Secretaria de Agricultura, desenvolvem ações de nível e de responsabilidade igual ao Engenheiro Agrônomo. Por esta razão é que conclamamos aos Senhores Parlamentares para que após termos aprovado o Projeto de Lei n° 185, do Deputado Anibal Khury, aproveamos também a Emenda de n° 1, de Plenário de autoria Anibal Khury, devidamente apoiada, e a Emenda de n° 2, de nossa autoria, que busca dar aos Médicos Veterinários e aos Zootecnistas da Administração Direta também 40% de anotação de responsabilidade técnica também por entendermos que é de justiça o que estamos propondo porque nesta Casa de Leis quando promulgamos a nossa Constituição, quando aqui trabalhamos na Constituinte, nós incessantemente buscamos meios e condições para atribuímos a isonomia salarial àqueles que, em igualdade de condições, desenvolviam o seu trabalho, ou seja, até mesmo de uma forma assemelhada. Não poderíamos agora negar aquilo que votamos há bem poucos dias quando atribuímos isonomia para tantas categorias e, neste momento, deixamos de votar uma anotação de responsabilidade técnica de 40% aos Veterinários, aos Zootecnistas, aos Administradores, aos Economistas que, a exemplo dos Engenheiros na Administração Direta, desenvolvem um trabalho assemelhado, equivalente, quando não até igual.

Era isto, Senhor Presidente. Era isto, Senhores Deputados. Peço que votem a favor das duas emendas!

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, embora nós até entendamos a posição do Deputado Orlando Pessuti bem como a do Senhor Presidente, nós vemos como temerária a aprovação desta Emenda. Nós estamos trabalhando com o dinheiro público. Quando entramos com uma emenda ou com um projeto de lei que vai destinar recursos a uma entidade, a uma associação ou a uma classe, entendo que devamos alocar esses recursos; não podemos ficar aqui nesta Casa de Leis aprovando gratificações, aprovando doações sem di-

zermos de onde que o Governo vai conseguir os recursos para cumprir com essas determinações. Nós concordamos inicialmente com a aprovação do Projeto n° 185/89 porque nos foi dito que este projeto deveria ser votado e aprovado sem emendas. Como aqui nas emendas não diz de onde o Governo deverá alocar os recursos para cumprir com essa finalidade, vamos votar contra essas emendas e convocamos os companheiros para que nos acompanhem nesse voto porque senão vamos aprovar aqui uma matéria que será, com certeza, vetada pelo Senhor Governador. Não podemos prejudicar uma classe que vem trabalhando junto ao Governo do Estado e está para conseguir uma gratificação, não podemos prejudicar essa classe que nem aqui compareceu, nem está sabendo que estamos votando matéria desta ordem.

(Aplausos)

Então eu gostaria de convocar os Companheiros para que não prejudiquem os companheiros que já estão sendo fruto deste projeto de lei e votemos contra a mensagem, deixando passar o projeto.

Esta é a convocação que faço aos companheiros porque sei que se deixarmos passar esta mensagem com certeza todo o projeto será vetado pelo Senhor Governador.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... Em votação a Emenda n° 1. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

10 (dez) Senhores Deputados aprovam.

- Senhores Deputados que rejeitam a emenda queiram levantar-se.

12 (doze) rejeitam. Não há quorum para votação.

Encerrada a discussão das Emendas...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente. Eu dispense.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 255/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que altera a redação da Lei n° 8.624, de 08/12/87, que cria o Município de Nova Tebas, passando a vigorar conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 234/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda - ASSEFACRE".

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 232/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Francisco Carneiro Martins - Ensino de 2° Grau", com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 222/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à União dos Escoteiros do Brasil. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 196/89, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Helena, com sede e foro na cidade de Santa Helena. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 61/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 38/89), que autoriza o Poder Executivo a alinear aos respectivos ocupantes os imóveis constituídos pelos lotes n°s 45-E, da Secção Água Grande, e 41-B, da Secção Sertãozinho, da Gleba Rio Mourão, Município de Engenheiro Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C. e C.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 295/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Espírita Amor e Caridade", com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 239/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 96/88), que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Primeiro de Maio, o imóvel urbano medindo 152.571.09m², no lugar denominado Parque Turístico Primeiro de Maio, matriculado sob n° 1266, protocolo n° 6182, do livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de plenário, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, devidamente apoiada nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI N° 239/88

"Inclua-se onde couber, o seguinte artigo".

ART: Fica doado à Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná - FEMBAP - o imóvel transcrito no Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição de Curitiba às fls. 103 do Livro 3° - IA sob n° de ordem 17.006 e mais o lote de terreno designado pela letra "H" do croqui n° 6.020, do Estado do Paraná, registrado no Registro de Imóveis da 5.^a Circunscrição desta Capital, matriculado sob o n° 28.401.

Sala das Sessões, em 06.11.89

(a) LUCIANO PIZZATTO

Apoio: Renato Adur, Eduardo Baggio, Antônio Annibelli e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A medida aqui proposta visando doar o referido imóvel a FEMBAP torna-se justa já que virá em benefício a esta fundação, que muito tem contribuído para o aprendizado e divulgação das Belas Artes e da Música em nosso Estado.

Isto posto, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

Em votação o projeto e a emenda.- Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 185/88, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a "Associação Mantenedora do Ensino Alternativo - AMENA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C. por unanimidade. Encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2310, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n° 185, 239 e 295/88; 61, 196, 222, 232, 234 e 255/89.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/89.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n°
208/89.

216, 238 e 282/89.

e do Projeto de Resolução n° 61/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s
329/88; 51, 117, 173, 198, 209, 212,

Levanta-se a sessão.